

Criação de Pessoas Jurídicas como alternativa de atuação profissional: Uma análise a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE

Marcos Aurelio Campos de Queiroz

Cezar Augusto Miranda Guedes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

RESUMO

A formação de pessoas jurídicas constitui-se em uma importante alternativa de atuação no mercado de trabalho. O universo da pesquisa é constituído pelas pessoas jurídicas com até quatro profissionais, localizadas no Centro do município do Rio de Janeiro e atuantes em quatro segmentos de serviços selecionados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). O estudo revela uma elevada instabilidade das pessoas jurídicas pesquisadas, indicando que o elevado número de abertura de novas unidades é resultado tanto do espírito empreendedor dos profissionais envolvidos, quanto de um movimento de adaptação destes profissionais à escassez de vagas no mercado de trabalho formal, que tem se acentuado nos últimos anos.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Microempresas. Mercado de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema “Empreendedorismo” têm crescido no Brasil nos últimos anos. Seja por vontade de concretizar uma idéia ou por dificuldade de encontrar uma vaga no mercado de trabalho, muitos profissionais têm buscado a formação do próprio negócio como alternativa para atuação profissional. Com o mercado de trabalho cada vez mais restrito e competitivo, para muitos profissionais, só há duas alternativas possíveis: adaptar-se e empreender ou ficar à margem do mercado de trabalho. Neste trabalho, o objetivo consiste em identificar através da pesquisa de campo, as motivações predominantes para abertura das pessoas jurídicas. Foram pesquisados quatro segmentos do setor de serviços escolhidos segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, sendo estudadas as pessoas jurídicas na faixa de pessoal ocupado com até quatro profissionais, que tendem a ser constituídas prioritariamente por sócios e proprietários, sem empregados.

2. METODOLOGIA

Inicialmente foi realizado o estudo do referencial teórico, visando subsidiar a formulação do tema específico para estudo e a delimitação do escopo da pesquisa. Foi identificado no Brasil que do total de 5.556.510 sócios e proprietários de empresas, 74,1% (4.117.567) atuam em unidades que ocupam até 4 pessoas. IBGE/ CEMPRE (2002) Para delimitação do universo da pesquisa, foi escolhido o Cadastro Central de Empresas do IBGE, que constitui-se na pedra angular do modelo atual de produção de estatísticas econômicas do IBGE, sendo a referência do universo de atividades que compõem o sistema produtivo formal no país, contemplando as unidades legalmente registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Foram escolhidos a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), quatro setores de serviços para o estudo: Intermediação Financeira, Atividades de

Informática e Serviços Relacionados, Serviços Prestados Principalmente às Empresas e Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas. Para realização do trabalho de campo, foi escolhido o Centro do Rio de Janeiro, em função de sua importância histórica e econômica para a capital e o estado do Rio de Janeiro e por sua representatividade na concentração de pessoas jurídicas atuantes na cidade, que na faixa de pessoal ocupado de 0 a 4 profissionais nos segmentos pesquisados é de aproximadamente 34,37%. A seleção da amostra foi realizada utilizando-se o software *Excel for Windows* e para a coleta dos dados foi elaborado um questionário de pesquisa, cujos dados coletados foram tabulados utilizando-se também este *software*. O universo da pesquisa é composto de 12.218 pessoas jurídicas e a amostra foi calculada, admitindo-se nível de confiança de 95% e erro de estimação de 5%, em 387,5 unidades. Numa tentativa de aumentar a quantidade de questionários respondidos, foi utilizado o cadastro reserva e o total da amostra foi ampliado para 422 unidades.

Para análise do resultado da pesquisa, foram utilizados também registros administrativos, sendo conferido na página da Receita Federal na Internet o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) de cada uma das unidades da amostra, visando confirmar o endereço das pessoas jurídicas selecionadas e identificar a situação cadastral destas unidades, que pode ser *Baixada*, a empresa não existe mais oficialmente; *Suspensa*, possui documentação pendente com a Receita, podendo estar funcionando e se quitar as pendências voltar a ser considerada Ativa; *Inapta*, a falta de documentação é muito maior, faltando mais papéis fundamentais. Assim ela é considerada não apta a funcionar pela receita, mas pode ainda quitar sua inadimplência e ter sua situação regularizada; e *Ativa*, a empresa funciona sem pendência alguma com a receita e com situação regularizada. O trabalho de campo foi realizado no período de 20/02 a 20/05/2006, sendo este o período de referência da pesquisa.

3. AS MICROEMPRESAS E O MERCADO DE TRABALHO

Os últimos anos têm se caracterizado por transformações no mercado de trabalho. Em função das mudanças tecnológicas e sociais, é cada vez mais rara a permanência de um profissional na mesma organização em todo o tempo de sua carreira; os meios tradicionais de contratação de pessoal cada vez mais se revelam incapazes de absorver o contingente de profissionais que ingressam no mercado de trabalho a cada ano, bem como os profissionais que são demitidos e buscam nova ocupação. Conforme Amaro e Paiva (2002: 8),

"O Estado produtor e as grandes e pesadas estruturas empresariais que vigoraram no Brasil até os anos 80 perdem cada dia mais espaço no mundo globalizado de hoje. A nova realidade tem exigido estruturas produtivas ágeis e dinâmicas, melhor adaptadas às novas tecnologias e ao ambiente de incerteza. A substituição da relação trabalhista pela comercial (terceirização) e a tendência à redução do núcleo "duro" da firma (trabalhadores em tempo integral e com contratos por prazo indefinido) são uma realidade. Com isso, as pequenas firmas crescem graças à terceirização, especialmente no setor de serviços, e também pelo fato de se tornarem mais competitivas em relação às grandes empresas, em vista da maior flexibilidade".

Para Tachizawa e Faria, está surgindo um novo modelo de gestão de empresas de grande e médio porte, formado por um núcleo central composto de pessoal estratégico e de um grupo complementar, de mão-de-obra não especializada. Este modelo tende a propiciar o surgimento de micro e pequenas empresas, funcionando em regime de subcontratação para prestação de serviços àquelas organizações. Para estes autores,

"A atual tendência dos mercados de trabalho, particularmente válida para o ambiente em que se inserem as empresas, é reduzir o número de colaboradores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é deslocada ou dispensada sem custos quando a flutuação da demanda assim o exige". (2004: 78)

O declínio do ritmo de crescimento econômico observado a partir década de 1980 teve seus efeitos refletidos em toda a economia brasileira. No entanto, para fins de contextualização, cabe aqui registrar os efeitos da crise econômica e no mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Embora a economia da cidade do Rio de Janeiro e do antigo estado do Rio de Janeiro tenham começado a perder o dinamismo econômico a partir do final do século XIX, e tendo este processo se acentuado ao longo do século XX, quando o desenvolvimento da industrialização brasileira se concentrou prioritariamente no estado de São Paulo, as economias carioca e fluminense passaram por um período de acentuado esvaziamento econômico na década de 1980, que só veio a se reverter a partir da segunda metade dos anos 90. NATAL (2005)

A recuperação econômica do estado é um fator importante, porém não foi suficiente para recuperar os níveis de emprego anteriores ao período de esvaziamento econômico. Considerando a realidade do estado como um todo, inclusive o município-Sede,

“Numa primeira aproximação, como em outros casos, o aumento do desemprego nesta unidade federativa resultou do descompasso entre o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) e o da geração de novos postos de trabalho. As informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que para o conjunto do ERJ a eliminação de postos de trabalho industriais foi parcial e apenas quantitativamente contrabalançada pelo aumento do mesmo verificado no setor Terciário. E mais: quando houve a re-inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, ela, na maioria das vezes, não ocorreu pela via do assalariamento com carteira assinada.” NATAL e COLS (2005 : 94)

Diante da crise observada no mercado de trabalho, conseguir um emprego com carteira assinada, e conseqüentemente com os benefícios decorrentes da formalização das relações de trabalho, é uma tarefa cada vez mais difícil. Conforme o Dieese (2002),

"A insegurança no emprego aumentou. O que antes era um paradigma de relações de trabalho, o emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa na década de 90 por uma implacável demolição. Os vínculos vulneráveis vão aumentando sua participação no mercado de trabalho. Crescem o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico, a ocupação de crianças e idosos. O núcleo protegido dos empregos diminui e aumenta a margem dos vulneráveis".

Em função da crise no mercado de trabalho, o setor de serviços costuma ser um “escoadouro natural” para a recolocação de profissionais na economia formal, visto que diante da dificuldade em encontrar outra ocupação nas empresas existentes, muitas vezes a única alternativa aparente é montar o próprio negócio: o setor de serviços é então sempre procurado em função de, grosso modo, exigir pouco investimento financeiro e não demandar recursos tecnológicos muito sofisticados.

Nas últimas décadas, o setor de serviços passou a ser identificado como um setor vital para o estabelecimento de uma economia desenvolvida, tendo maior destaque enquanto oportunidade para geração de empregos e desenvolvimento econômico. Conforme Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000: 28)

"Em uma sociedade industrializada, empresas especializadas podem prestar serviços a empresas de manufatura de forma mais barata e eficiente do que as próprias empresas de manufatura poderiam prestar a si próprias. Assim, é cada vez mais comum que atividades como publicidade, consultoria, busca de financiamento e testes de produto sejam realizadas, para o setor de manufatura, por empresas de serviços. (...) O setor de serviços não só facilita como torna possíveis as atividades de produção de bens, tanto do setor extrativista como manufatureiro. Os serviços são a força vital para a atual mudança rumo à economia globalizada".

4. O EMPREENDEDORISMO E ABERTURA DE PESSOAS JURÍDICAS COMO ALTERNATIVA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

No Brasil, o senso comum aponta para um desejo comum a muitos cidadãos: montar um negócio e ser o próprio patrão.

“A decisão de ser o próprio patrão não ocorre por acaso nem por um passe de mágica. É fruto de uma cadeia de acontecimentos que mexem com aspectos pessoais e profissionais de um indivíduo. Para a consultora de empresas Dulce Magalhães, abrir uma empresa está no inconsciente coletivo das pessoas. Assim, muitos são levados a empreender não por um desejo próprio, mas porque são impulsionados para isso”. (EMPREENDEDOR : 2005)

Ao mesmo tempo em que o Brasil é considerado um dos países mais empreendedores do mundo, a mortalidade de empresas no país é bastante significativa, como mostra a pesquisa intitulada “Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil”, realizada em 2004 em 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal pelo Sebrae em parceria com a Fundação Universidade de Brasília-FUBRA, que executou o trabalho de campo. Foi constatado um alto índice de mortalidade de novas empresas no Brasil:

- 49,4% para as empresas com até 2 anos de existência (fundadas em 2002);
- 56,4% para as empresas com até 3 anos de existência (fundadas em 2001);
- 59,9% para as empresas com até 4 anos de existência (fundadas em 2000).

Abrir uma empresa, além de envolver motivações pessoais que objetivam lucro, auto-realização ou exercício de uma profissão, entre outros, significa também o exercício de uma função social, enquanto agrupamento de pessoas em prol da produção de um bem, venda de mercadorias ou prestação de serviço, bem como, de estabelecimento de uma unidade organizacional que atua como elemento dinamizador da atividade econômica. De acordo com as estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE, em 2003, do total de 4,7 milhões de empresas ativas no país, as empresas com empregados representavam apenas 1,5 milhão de unidades. O restante das organizações, funcionava apenas com proprietários ou sócios. Este grupo de empresas, apesar de representar uma parcela menor do total de assalariados e conseqüentemente da massa salarial brasileira, revela que a abertura de pessoas jurídicas tem sido um importante instrumento de atuação profissional no país. Além disso, as microempresas contribuem para o dinamismo das economias regionais, constituindo-se muitas vezes numa rede que escoia produtos e serviços de grandes organizações, para regiões ou segmentos de mercado não atrativos para grandes empresas.

Conforme o relatório da pesquisa “As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil”, realizada pelo IBGE:

“Uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de “colchão” amortecedor do desemprego. Constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte”. IBGE (2001 : 17)

O grande número de demissões ocorrido nos últimos anos no Brasil, bem como os profissionais que tentam ingressar no mercado de trabalho anualmente, formam um contingente de trabalhadores que, não encontrando oportunidades em empresas constituídas, têm recorrido à abertura de pessoas jurídicas no intuito de poder atuar na economia formal:

“Desta forma, pode afirmar-se que o crescimento da importância das micro e pequenas empresas no Brasil, e, também, no mundo, está intimamente ligado a uma série de fatores, como o desemprego estrutural no setor formal, devido à reestruturação produtiva, à necessidade de abertura de novos negócios, aos trabalhos

por conta própria e à criatividade do ambiente familiar, este, muitas vezes relacionado com as atividades do setor informal, as chamadas empresas de fundo de quintal”. CNC (2003 : 8)

A abertura de pessoas jurídicas é uma importante alternativa para que profissionais liberais, autônomos e prestadores de serviço em geral, obtenham contratos para a prestação de serviços ou venda de produtos, para os quais apresentação de nota fiscal, é fundamental para a prestação de contas das organizações contratantes, bem como para os órgãos de fiscalização.

Em todo o mundo, grande parte dos negócios realizados é resultado do investimento de grandes organizações previamente constituídas, fusões, aquisições e estabelecimento de parcerias de duas ou mais organizações. No entanto, da atuação de profissionais que abrem uma microempresa para viabilizar uma idéia concebida, um novo produto, ou mesmo para sobreviver no mercado de trabalho, surgem empresas dinâmicas, que se transformam em grandes organizações com acentuada influência econômica. Cabe ressaltar que apesar da importância dos grandes empreendedores para a economia e a identidade de um país, ter um contingente de pequenos empreendedores atuando com sucesso, é fundamental para o dinamismo das economias locais. Considerando que a geração de empregos é um dos grandes desafios em todo o mundo, as micro e pequenas organizações revestem-se de especial importância no sentido de manter o equilíbrio social, a geração de renda e distribuição de recursos para toda a sociedade.

Além disso, os pequenos negócios constituem-se numa oportunidade para que profissionais recém formados ou que desenvolvam produtos inovadores, atuem em mercados saturados ou em que as organizações existentes não estejam abertas a produtos ou serviços novos, sem comprovada aceitação pelo mercado consumidor. Para Costa (2000 : 260),

“As pequenas empresas locais são as que estão mais perto dos pequenos grupos de consumidores (seus empregados vão ao mesmo bar, freqüentam a mesma igreja ou padaria); conhecem suas preferências, costumes, comportamento, cultura, etc. Portanto, melhor do que ninguém, são capazes de estabelecer uma conexão direta de venda com eles”.

O interesse por compreender o que é o empreendedorismo, como se comportam os empreendedores e o impacto que causam na economia tem crescido em todo o mundo. No entanto, conforme Hisrich e Peters (2004), ainda não há uma definição concisa e internacionalmente aceita sobre o assunto. Conforme Dornelas (2001 : 16),

“No caso brasileiro, a preocupação com a criação de pequenas empresas duradouras e a necessidade da diminuição das altas taxas de mortalidade desses empreendimentos são, sem dúvida, motivos para a popularização do termo empreendedorismo, que tem recebido especial atenção por parte do governo e de entidades de classe”.

De acordo Hisrich e Peters, a conceituação de empreendedorismo atualmente está ligada à idéia de inovação, englobando não somente a capacidade de criar e conceitualizar, mas também o entendimento das forças que atuam no ambiente.

A inovação faz parte da cultura empreendedora, no sentido de identificar as demandas de uma empresa ou grupo social e adotar uma postura pró-ativa, visando buscar respostas para as questões existentes e desenvolver processos, produtos ou serviços capazes de satisfazer estas demandas. Fillion (2000 : 24), relaciona os seguintes elementos que compõem a cultura empreendedora: identificação de oportunidades de negócio; definição de visões; expressão de diferenciais; avaliação de riscos e gestão de relacionamentos. No centro da cultura empreendedora, está um ator de fundamental importância que lidera e mantém o processo de empreendedorismo ativo: o empreendedor. Conforme Fillion (2000 : 24),

“O empreendedor é uma pessoa que empenha toda sua energia na inovação e no crescimento, manifestando-se de duas maneiras: criando sua própria empresa ou desenvolvendo alguma coisa completamente nova em uma empresa preexistente (que herdou ou comprou, por exemplo). Nova empresa, novo produto, novo mercado, nova maneira de fazer – tais são as manifestações do empreendedor”.

A literatura disponível sobre empreendedorismo costuma tratar o assunto numa abordagem que aponta a figura do empreendedor como um trabalhador que transforma idéias em realidade, que visualiza nichos de mercado para atuar ou como aquele que aprimora idéias já implementadas, seja no próprio negócio ou na empresa em que atua (intraempreendedor). Tanto nos textos acadêmicos quanto na imprensa especializada, os exemplos geralmente são de profissionais persistentes e aplicados em transformar recursos disponíveis em negócios de sucesso. Esta é de fato uma abordagem muito interessante, visto que é sempre empolgante para quem se interessa por este tema, ver profissionais que desenvolvem novos produtos e serviços, e através de sua capacidade empreendedora, geram empregos e dinamizam a economia em que atuam.

No entanto, é fato que diante da necessidade de sobrevivência e das mudanças observadas no mercado de trabalho nos últimos anos, é difícil precisar até que ponto um novo negócio é fruto de uma cultura de empreendedorismo, ou se a abertura de novas empresas por vezes mascara um mercado de trabalho deteriorado e com perdas de direitos para o trabalhador. Por exemplo, quando um profissional abre uma empresa em função da exigência de seu empregador passar a contratá-lo como pessoa jurídica e não mais como empregado e conseqüentemente, com os direitos trabalhistas decorrentes desta condição, podem-se verificar traços de empreendedorismo no "novo empresário", visto que para dar conta de manter-se no mercado de trabalho nesta nova condição, é necessário ter iniciativa e capacidade de gerenciar a vida profissional. Porém, trata-se também de um caso de perda de direitos trabalhistas, em que o "novo empresário" é oficialmente responsável por seu negócio, mas na prática continua com a mesma relação patrão-empregado com o antigo empregador, agora contratante de seus serviços.

De qualquer forma, o fato de criar uma nova empresa indica o movimento de um estágio de vida ou de negócio para outro, considerando que as atividades relacionadas à criação do negócio como escolha do local de atuação, levantamento de recursos e processo de produção ou prestação de serviço, entre outros, pode envolver traços de espírito empreendedor. No entanto, o registro “frio” das estatísticas pode não contemplar todas as variáveis envolvidas no assunto em questão e levar a análises equivocadas.

Conforme Dornelas (2001), após várias tentativas de estabilização econômica e em função das conseqüências do fenômeno da globalização, ocorreu no Brasil uma procura das empresas por alternativas para o aumento da competitividade, redução de custos e manutenção no mercado. Para o autor,

“Uma das conseqüências imediatas foi o aumento do índice de desemprego, principalmente nas grandes cidades, onde a concentração de empresas é maior. Sem alternativas, os ex-funcionários dessas empresas começaram a criar novos negócios, às vezes mesmo sem experiência no ramo, utilizando-se do pouco que ainda lhes restou de economias pessoais, fundo de garantia, etc. quando percebem, esses profissionais já estão do outro lado. Agora são patrões e não mais empregados. Muitos ficam na economia informal, motivados pela falta de crédito, pelo excesso de impostos e pelas altas taxas de juros”. (2001 : 15-16)

O Brasil é apontado pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), como um dos países mais empreendedores do mundo, conforme pesquisa realizada em mais de 40 países em todos os continentes. Para o GEM,

“A criação de negócios é uma das causas da prosperidade das nações. Com ela, inova-se, geram-se oportunidades, empregos e riquezas. A existência de indivíduos dispostos aos riscos de empreender é um dos pilares do desenvolvimento econômico. Captar, descrever e analisar o fenômeno do empreendedorismo é, portanto, fundamental para o desenho de ações de promoção do progresso e do bem-estar”. (2006: 11)

Quanto à motivação para empreender, os empreendedores são divididos em “empreendedores por oportunidade”, motivados pela percepção de um nicho de mercado em potencial, e “empreendedores por necessidade”, motivados pela falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda. GEM (2005) Conforme expresso no relatório desta pesquisa, a atuação do GEM no Brasil tem contribuído para uma nova linguagem sobre empreendedorismo no país, sendo ressaltada a difusão do termo “empreendedorismo por necessidade”, em que o Brasil é um dos países com maior destaque dentre os países relacionados na pesquisa.

A difusão desta classificação poderá contribuir para a melhor qualificação do empreendedorismo, através da caracterização de motivações identificadas por outros autores para a abertura de um novo negócio, que estão relacionadas à necessidade de superação de alguma dificuldade enfrentada pelo empreendedor, mas que não são classificadas como “empreendedorismo por necessidade”. Neste sentido, Bernardi (2003), aponta algumas circunstâncias que dão origem a um empreendimento, entre elas o empreendimento como opção ao desemprego.

Conforme apresentado a seguir, neste trabalho é analisada a abertura de pessoas jurídicas no setor de serviços no Centro da cidade do Rio de Janeiro, visando retratar a atuação dos profissionais deste segmento econômico, e identificar evidências que possam contribuir para compreender a dinâmica de atuação dos profissionais, seja como empreendedores ou microempresários que utilizam o recurso de abertura de pessoa jurídica como alternativa de sobrevivência.

5. DINÂMICA DAS PESSOAS JURÍDICAS NO SETOR DE SERVIÇOS NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

O trabalho de campo se revelou numa atividade de difícil execução, em função de que além da resistência dos profissionais encontrados em responder o questionário de coleta de dados, a maior parte das pessoas jurídicas já não estava mais em funcionamento de fato no endereço informado, durante o período do trabalho de campo, embora estivessem com situação cadastral “Ativa” na Receita Federal. Registra-se que grande parte destas efetuou a referida atualização cadastral no final do ano de 2005 (71,21%). A tabela a seguir, retrata o estado atual dos segmentos pesquisados:

Tabela 1. Distribuição das Pessoas Jurídicas por código da CNAE e resultado do trabalho de campo

| Código da CNAE | PJ Encontradas | PJ Não Encontradas | PJ que se mudaram | PJ Baixadas/ Inaptas ou Suspensas | Total |
|---|----------------|--------------------|-------------------|-----------------------------------|-------|
| Intermediação Financeira | 17 | 19 | 11 | 5 | 52 |
| Atividades de Informática e Serviços Relacionados | 13 | 30 | 5 | 1 | 49 |
| Serviços Prestados Principalmente às Empresas | 96 | 143 | 16 | 26 | 281 |
| Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas | 21 | 13 | 3 | 3 | 40 |

| | | | | | |
|-------|-----|-----|----|----|-----|
| Total | 147 | 205 | 35 | 35 | 422 |
|-------|-----|-----|----|----|-----|

Foi identificado que na faixa de pessoal ocupado pesquisada, além das microempresas constituídas para a prestação de serviços com fim lucrativo, são registradas também pessoas jurídicas sem empregados e referentes a fundos de investimentos com objetivos diversos e organizações sem fins lucrativos, como federações esportivas e associações culturais. Foram identificadas ainda, empresas constituídas para viabilização de negócios ou diversificação da estrutura de atuação de empresas maiores. O total de questionários obtidos foi 40, o que representa 9,47% do total da amostra e 27,21% das pessoas jurídicas encontradas. Do total de questionários obtidos, 39 são referentes a microempresas com fim lucrativo e um a federação esportiva sem fim lucrativo.

Ressalta-se que não foram obtidos questionários no segmento de “Intermediação Financeira”, sendo identificado um grande número de pessoas jurídicas referentes a fundos de pensão, investimento e previdência, entre outros, que não possuem empregados e não se constituem em empresas de prestação de serviços. No caso das empresas encontradas, muitas se recusaram a receber o pesquisador e nos casos em que foi possível expor o objetivo da pesquisa a recusa foi total, não sendo na maioria das vezes, informado mesmo o motivo de não-resposta. Foi observado que em vários casos, as pessoas jurídicas não funcionavam mais no endereço indicado em data anterior ao ano base do cadastro utilizado, tendo em várias situações, os recepcionistas ou porteiros dos endereços visitados informado que os profissionais procurados não trabalhavam no local há mais de três, cinco ou até dez anos, a despeito de que em mais da metade dos casos, a atualização cadastral na Receita Federal ser datada de 03/11/2005, conforme tabela a seguir:

Tabela 2. Quantidade de Pessoas Jurídicas com situação cadastral “Ativa” e não encontradas no endereço informado no CNPJ.

| Ano de Atualização Cadastral na Receita Federal: | 2005 | 2004 | 2003 | Anterior a 2003 | Total |
|--|------|------|------|-----------------|-------|
| Quantidade de Pessoas Jurídicas não encontradas no endereço informado: | 146 | 10 | 14 | 35 | 205 |

Com relação a estudos realizados pelo SEBRAE-SP e BNDES sobre a mortalidade de micro e pequenos negócios, Sachs (2003: 111) ressalta que uma das dificuldades estatísticas que envolvem estes estudos "reside no fato de que as empresas desativadas não dão baixa em seus registros".

As respostas revelaram que a quase totalidade das pessoas jurídicas foi instituída utilizando recursos próprios de seus proprietários ou sócios, oriundos de poupança pessoal e/ou familiar e do FGTS ou rescisão contratual. Em alguns casos foi informado apenas “recurso próprio”, sem classificar em uma das opções disponíveis ou especificar a origem do recurso. Apenas uma microempresa de consultoria, do segmento de “Serviços Prestados Principalmente às Empresas” informou ter recorrido a empréstimos de instituições financeiras.

Em um dos casos observados, a abertura da pessoa jurídica foi financiada pela empresa em que o informante trabalhava como empregado e que a partir de então, passou a atuar como prestador de serviços, na primeira metade da década de 90. Em outro caso, a empresa foi aberta com recursos de outras empresas do grupo em 1998 e já está em fase de extinção. Trata-se de um empreendimento de entretenimento e pesquisa de um grupo europeu que tem negócios semelhantes em outros países, e por ter encontrado resistência dos órgãos governamentais brasileiros em conceder a licença para funcionamento, cancelou o investimento. Foi informado que esta foi a segunda tentativa de investimento deste grupo no

país e que estão aguardando apenas a venda do terreno comprado para a construção do empreendimento, para encerrar oficialmente a pessoa jurídica.

Foi solicitado aos informantes indicar as duas principais razões para abertura da pessoa jurídica, de acordo com as opções disponíveis no questionário, que incluiu a opção “outros”. As opções mais citadas foram a “independência profissional”, “auto-realização ou implementação de idéias” e “maior ganho financeiro”, sugerindo então uma orientação empreendedora por parte destes profissionais:

Tabela 3. Razões de motivação para abertura da Pessoa Jurídica

| Razões pelas quais decidiu montar o negócio: | Motivo 1 | Motivo 2 |
|---|----------|----------|
| Aposentadoria (manter-se ativo no mercado de trabalho) | 0 % | 2,56 % |
| Demissão (falta de oportunidade de novo emprego formal) ou PDV (Plano de Demissão Voluntária) | 10,26 % | 2,56 % |
| Legalizar atividade que exercia informalmente | 5,13 % | 5,13 % |
| Independência Profissional (ser o próprio patrão) | 48,72 % | 20,51 % |
| Auto-realização ou Implementação de Idéias | 15,38 % | 17,95 % |
| Maior ganho financeiro | 5,13 % | 28,21 % |
| Status | 0 % | 0 % |
| Controle de qualidade de vida | 5,13 % | 2,56 % |
| Outra. Especificar: | 10,26 % | 10,26 % |

De fato, foram identificados profissionais que visualizaram oportunidades de negócios e a partir desta identificação, criaram suas microempresas e obtiveram sucesso no mercado de trabalho. No entanto, estas respostas, em alguns casos escondem elementos que revelam que alguns profissionais tomaram esta iniciativa por razões ligadas à dinâmica da economia e do mercado de trabalho, que impõe determinadas condições para a atuação destes profissionais. Dois profissionais informaram que a abertura da pessoa jurídica foi uma imposição do mercado de trabalho como alternativa para captação de clientes. Um deles, de uma microempresa de seguros, informou que sempre trabalhou como corretor de seguros e que anteriormente prestava serviços como pessoa física e que neste segmento, as empresas do ramo começaram a criar dificuldades para a contratação de prestadores de serviços que atuavam como pessoa física. Relatou também, que além de ter maior facilidade para a captação de novos clientes, a abertura da pessoa jurídica naquele momento (1995) foi mais interessante do ponto de vista tributário.

Outra profissional, do setor “Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas”, é funcionária pública aposentada, com larga experiência em artes e patrimônio histórico, começou a atuar na prestação de serviços como pessoa física após a aposentadoria e pouco tempo depois, abriu a pessoa jurídica para ter maior facilidade de captação de clientes. Abriu a pessoa jurídica com recursos provenientes da remuneração obtida com o trabalho executado na época em que trabalhava como pessoa física, não sendo necessário valores altos para abertura do negócio. A abertura se deu em função do mercado preferir contratar pessoa jurídica que pessoa física.

Dentre os profissionais que indicaram outro motivo para abertura da pessoa jurídica, uma profissional do segmento de “Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas” informou que se cansou de atuar como “free lancer” e que desejava um trabalho com maior estabilidade. Informou que pretende continuar trabalhando por conta própria e expandir o negócio, porém manifestou o desejo de passar num concurso público para ter estabilidade de emprego. Como segunda razão para abertura do negócio, informou a independência profissional (ser o próprio patrão).

Em um dos casos, foi identificado que a abertura do próprio negócio foi claramente um exemplo de necessidade de sobrevivência à escassez de vagas no mercado de trabalho. O profissional, cuja escolaridade é apenas o nível fundamental, atuava como empregado de carteira assinada na gráfica de um sindicato. Com o fechamento da gráfica, foi demitido e recebeu como indenização uma máquina gráfica, decidindo abrir o próprio negócio. Na abertura da firma em 2000, seu nível de experiência era regular e atualmente presta serviços principalmente para empresas privadas. Dentre estas empresas, algumas são do mesmo ramo e por não ter maquinário próprio, terceirizam o serviço para a sua gráfica de modo a prestar serviços aos próprios clientes.

Com relação à forma como gostariam de atuar profissionalmente no futuro próximo, 5% manifestaram o desejo de voltar a ser empregados e ter os benefícios de um emprego formal, 12,5% informaram desejar passar num concurso público e ter estabilidade de emprego e a grande maioria, 80%, pretende continuar trabalhando por conta própria e expandir o negócio. Destes, foi encontrado um caso de uma profissional aposentada que respondeu esta opção, mas que nos comentários forneceu informações que contrariam esta resposta: Informou que assumiu a empresa de pesquisa comercial em que o marido trabalhou como empregado, em função de seu falecimento e da impossibilidade de outros sócios de continuarem no negócio, mas que seu real desejo atualmente é conseguir equilibrar as finanças da empresa para poder desativá-la, pois até para encerrar as atividades o custo é elevado.

6. CONCLUSÃO

O conjunto de pessoas jurídicas estudado se caracteriza por uma alta instabilidade, característica marcante das microempresas no Brasil, visto que a maior parte das pessoas jurídicas com situação cadastral “Ativa” não foi encontrada. O grande número de pessoas jurídicas oficialmente ativas e não encontradas sugere um fenômeno não registrado pelas estatísticas oficiais e, portanto não há uma explicação registrada de suas causas: as pessoas jurídicas deixam de funcionar oficialmente, porém por alguma razão não detectada no trabalho de campo, continuam renovando sua situação cadastral na Receita Federal no mesmo endereço, sendo observados casos em que não atuam no local há mais de cinco anos.

A abertura de pessoas jurídicas é um recurso utilizado para atuação dos empreendedores, no sentido de legalizar suas atividades e atuar na economia formal, com todos os benefícios e obrigações decorrentes. Do mesmo modo, é uma forma encontrada por empresas maiores e já estabelecidas no mercado, de diversificarem investimentos ou facilitar sua logística de operação, que através destas pessoas jurídicas podem comercializar ou distribuir produtos e prestar serviços. Logo, a simples abertura de uma pessoa jurídica não deve ser considerada empreendedorismo sem verificação da motivação para a abertura ser resultante da atuação de um empreendedor, ou se é uma alternativa utilizada por uma empresa já estabelecida para diversificação de investimentos ou uma contribuição à sua logística de operações.

A concentração de respostas que apontaram o desejo de continuar atuando por conta própria e expandir o negócio, em conjunto com a indicação de motivo de abertura da pessoa jurídica com objetivo de independência profissional, auto realização e maior ganho financeiro, sugere uma orientação empreendedora por parte dos profissionais consultados, resultando em empreendedorismo no sentido de que tomaram a iniciativa de montar a própria empresa e visando encontrar uma alternativa de atuação profissional. No entanto, foram observados poucos casos de empreendedorismo envolvendo inovação, criatividade e identificação de nichos promissores de mercado. Mesmo no caso em que a profissional entrevistada identificou, a partir de sua experiência adquirida durante sua carreira como funcionária pública, um nicho de mercado em que poucas empresas atuam e há grande possibilidade de

crescimento do negócio, a abertura da pessoa jurídica foi mais uma imposição do mercado que propriamente uma decisão pessoal, pois poderia perfeitamente atuar como pessoa física, caso o mercado não impusesse obstáculos a contratá-la desta forma.

6. REFERÊNCIAS

AMARO, M. N.; PAIVA, S. M. C. **Situação das micro e pequenas empresas**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/artigos_economicas.htm>. Acesso em: 1 jun. 2006.

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **As micro e pequenas empresas no Brasil**. Rio de Janeiro: CNC, 2000.

COSTA, E. **Oportunidades na Web para pequenas empresas**. In: FILION, L. J., DOLABELA, F. *Boa idéia. E agora?* São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. Disponível em: <www.dieese.org.br/esp/reaselivro.xml>. Acesso em: 1 jun. 2006.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

EMPREENDEDOR. **A decisão de ser o próprio patrão**. Disponível em: <www.empendedor.com.br>. Acesso em: 05 fev. 2006.

FILION, L. J.; DOLABELA, F. **Boa Idéia? E agora?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil – 2004: relatório executivo**. Curitiba: Global Entrepreneurship Monitor, 2005.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2002)** (*release* para divulgação). Coordenação de Comunicação Social. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://w3.dpe.ibge.gov.br>> Acesso em: 1 mar. 2006.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2002)** (*release* para divulgação). Coordenação de Comunicação Social. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <<http://w3.dpe.ibge.gov.br>> Acesso em: 1 mar. 2006.

NATAL, J. L. A. **O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social**. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho:** desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil.** Disponível em: <www.sebrae.com.br/br/mortalidade_empresas/>. Acesso em: 10 mar. 2006.

TACHIZAWA, T; FARIA, M. S. **Criação de novos negócios:** gestão de micro e pequenas empresas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.